

A PRODUÇÃO TEÓRICA NA INTERSECÇÃO ENTRE INFÂNCIAS, ESPAÇO E PLANEJAMENTO URBANO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Maria Augusta Scalcon Calil
UFRGS | mariaaugustasca@gmail.com

Inês Martina Lersch
UFRGS | martina.lersch@ufrgs.br

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados da etapa de revisão do Estado da Arte e identificação da Lacuna do Conhecimento de uma pesquisa em desenvolvimento, a nível de mestrado, na área do Planejamento Urbano. O tema da pesquisa consiste no estudo da relação entre as infâncias e o espaço urbano a partir da perspectiva do planejamento urbano. Nesse sentido, justifica-se a relevância da discussão a partir do reconhecimento das desigualdades existentes no uso dos espaços e a importância de romper com a perspectiva adultocêntrica, que coloca o adulto, sobretudo na figura do homem branco cisgênero, como único ponto de referência. Para compor a base teórica, o trabalho apresenta autores de referência dos estudos das infâncias, como Ariès e Vygotsky, em diálogo com autores usuais do planejamento urbano, como Lefebvre e Fenster. Ainda, é apresentada a Revisão Sistemática de Literatura desenvolvida na pesquisa, bem como as considerações a partir dos resultados obtidos.

Palavras-chave: crianças; espaço urbano; infâncias; planejamento urbano; RSL.

THEORETICAL PRODUCTION AT THE INTERSECTION OF CHILDHOOD, SPACE, AND URBAN PLANNING: A SYSTEMATIC LITERATURE REVIEW

Abstract: *This paper aims to present the results of the State of the Art review phase and the identification of the Knowledge Gap in a research project currently underway at the master's level in the field of Urban Planning. The research focuses on studying the relationship between childhood and urban space from the perspective of urban planning. In this regard, the relevance of the discussion is justified by acknowledging the existing inequalities in the use of spaces and the importance of breaking away from the adult-centric perspective, which places adults, particularly white cisgender men, as the sole point of reference. To build the theoretical foundation, the work presents key authors in childhood studies, such as Ariès and Vygotsky, in dialogue with established urban planning theorists like Lefebvre and Fenster. Furthermore, the work introduces the Systematic Literature Review conducted in the research, along with reflections based on the results obtained.*

Keywords: *children; childhoods; urban space; urban planning; SLR.*

LA PRODUCCIÓN TEÓRICA EN LA INTERSECCIÓN ENTRE INFANCIAS, ESPACIO Y PLANIFICACIÓN URBANA: UNA REVISIÓN SISTEMÁTICA DE LA LITERATURA

Resumen: *Este trabajo tiene como objetivo presentar los resultados de la etapa de revisión del Estado del Arte e identificación de la Brecha de Conocimiento de una investigación en desarrollo, a nivel de maestría, en el área de Planificación Urbana. El tema de la investigación consiste en el estudio de la relación entre las infancias y el espacio urbano desde la perspectiva de la planificación urbana. En este sentido, se justifica la relevancia de la discusión a partir del reconocimiento de las desigualdades existentes en el uso de los espacios y de la importancia de romper con la perspectiva adultocéntrica, que coloca al adulto, sobre todo en la figura del hombre blanco cisgénero, como único punto de referencia. Para componer la base teórica, el trabajo presenta autores de referencia en los estudios de las infancias, como Ariès y Vygotsky, en diálogo con autores habituales de la planificación urbana, como Lefebvre y Fenster. Además, se presenta la Revisión Sistemática de Literatura desarrollada en la investigación, así como las consideraciones a partir de los resultados obtenidos.*

Palabras clave: *espacio urbano; infancias; niños; planificación urbana; RSL.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste na apresentação dos resultados da etapa de compreensão do Estado da Arte e identificação da Lacuna do Conhecimento de uma pesquisa em desenvolvimento, a nível de mestrado, na área do Planejamento Urbano. O tema da pesquisa consiste no estudo da relação entre as infâncias e o espaço urbano a partir da perspectiva do planejamento urbano.

Entende-se que a vida nas cidades é pautada pelas desigualdades existentes no uso dos espaços, assim, é possível afirmar que as pessoas experienciam o meio urbano de diferentes maneiras. Essas desigualdades podem ser sentidas de acordo com a condição socioeconômica, a cor, a orientação sexual, o gênero ou, como aborda esse trabalho, a faixa etária do sujeito. Ainda, dentro da faixa etária da infância, comumente entendida entre o nascimento até os 12 anos de idade, a experiência muda conforme a idade da criança.

Assim, é fundamental compreender que a infância pode ser vivenciada em uma variedade de contextos, sejam eles sociais, culturais ou econômicos. Dessa forma, torna-se pertinente falar em infâncias, entendendo o termo como de difícil limitação e considerando a interseccionalidade também vivenciada pelas crianças.

Primeiramente, considera-se fundamental entender a experiência das crianças na cidade a partir do rompimento com a perspectiva adultocêntrica, que consiste no entendimento do adulto como único ponto de referência. Além disso, ressalta-se que, essa figura do adulto tido como referência concentra-se na figura do homem branco cisgênero, o que contribui para a exclusão de outros grupos dos espaços.

Nesse sentido, ao colocar o ponto de vista das crianças em perspectiva, reforça-se a ideia da criança como cidadã, que interage e se relaciona com o espaço, como sujeito que, assim como o adulto, impacta na produção da cidade. Diante disso, a pesquisa de dissertação em desenvolvimento questiona: como promover a apropriação dos espaços urbanos pelas crianças?

ESTADO DA ARTE

Para a compreensão do Estado da Arte do tema da pesquisa, considera-se necessário retomar os primeiros estudos sobre as infâncias e discutir como o tema é abordado na contemporaneidade, bem como os estudos do planejamento urbano que se relacionam com a vivência das infâncias na cidade.

Um dos precursores nos estudos das infâncias foi o historiador Ariès (1981), que compreende a infância como uma construção histórica. O autor aponta que, em certos períodos da história as atividades eram compartilhadas entre crianças e adultos, ou seja, sem uma separação nítida entre os grupos.

Por sua vez, do campo da sociologia, Prout (2010), define que a infância não seria uma categoria estável e fixa, mas sim híbrida, que apresenta fatores humanos, não humanos,

discursivos e coletivos. É importante, ainda, diferenciar os conceitos de “infância” e “criança”. Segundo os sociólogos Sarmiento e Pinto (1997), as crianças sempre existiram, já a ideia de infância é resultado de uma construção social.

Ainda nesse campo, aborda-se a sociologia da infância, que reforça a ideia das crianças como atores sociais nos processos teórico-metodológicos. Corsaro (1997) entende que a perspectiva sociológica, além de considerar os processos de socialização, deve considerar os processos de apropriação, reinvenção e reprodução realizados pelas crianças.

Partindo para estudos mais recentes, as educadoras Barbosa, Delgado e Tomás (2016), ressaltam que, para compreender as infâncias, é crucial considerar os contextos e condições de cada sociedade. Complementa-se a isso a afirmação dos pesquisadores Gobbi, Anjos, Seixas e Tomás:

O que é “ser criança” ganha uma multiplicidade bastante grande de sentidos e avança para o entendimento de que se é criança diferentemente quando se é negra, negra e pobre, negra, pobre e menina, europeia e brasileira ou latinoamericana, migrante, de maior ou menoridade, indígena, com ou sem teto, habitante de um bairro social, entre outras possibilidades de construir a infância e o ser criança na cidade e que, essas formas em que são feitas crianças diferem em cada um dos bairros e cidades em que vivem (Gobbi, Anjos, Seixas e Tomás, 2022, p. 17).

Apesar das diferenças demarcadas pela interseccionalidade, entende-se que um ato comum a todas as crianças é ato do brincar que, para o psicólogo Vygotsky (1987), consiste em:

uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos (Vygotsky, 1987, p. 37)

Complementa-se ao pensamento do autor, a consolidação do brincar como um direito das crianças, tanto no cenário mundial, a partir da Lei Internacional da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, como no contexto brasileiro, em consonância com a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Marco Legal da Primeira Infância. Além disso, o brincar também pode ser entendido como uma forma de transgredir uma lógica imposta pela visão adultocêntrica. Nesse sentido, entende-se que a prática fundamental para as crianças na apropriação dos espaços urbanos.

Além disso, iniciado no campo da educação, existe o movimento das Cidades Educadoras, que se consolidou em 1990 com o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras em Barcelona. A partir disso, estabeleceu-se a Carta das Cidades Educadoras, corrigida e aperfeiçoada na cidade italiana de Bolonha posteriormente. Segundo Moll, o documento:

Firmava a ideia de que a cidade deve desenvolver, para além das suas tradicionais funções económicas, sociais, políticas e de prestação de serviços, uma noção educadora, no sentido coletivo e permanente da formação, da promoção e do desenvolvimento de todos os seus habitantes, começando pelas crianças e jovens (Moll, 2019, p. 33).

A Carta das Cidades Educadoras (2020) define princípios em prol do desenvolvimento das Cidades Educadoras, que se dividem em três categorias: o direito à cidade educadora, o compromisso da cidade e o serviço integral das pessoas. De acordo com a Associação Internacional de Cidades Educadoras - AICE (2020, p. 10): “O direito à cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todas as pessoas à educação”. Atualmente, 41 cidades brasileiras são consideradas Cidades Educadoras.

Entende-se que, embora o movimento não se restrinja à vivência das infâncias, ele se baseia nos pensamentos do pedagogo Tonucci (1996), que acreditava que tendo as crianças como ponto de referência para pensar as cidades, os espaços urbanos se tornariam melhores para todos. Ainda, o movimento apresenta propostas voltadas ao público infantil e influencia no surgimento de outras ações nas cidades em que insere.

Em relação ao campo do planejamento urbano, discute-se o conceito de direito à cidade, que surgiu a partir do lançamento da obra do filósofo francês Henri Lefebvre “Direito à cidade” de 1968. Na contemporaneidade, observa-se que o termo se associa às reivindicações por direitos de comunidades frequentemente prejudicadas pelos processos de mercantilização da vida urbana, caracterizados por priorizar o crescimento econômico e o consumo em detrimento das relações humanas.

A partir dos pensamentos de Lefebvre (2001), entende-se que o direito à cidade se relaciona a uma série de direitos e busca a concretização de uma vida urbana baseada na liberdade, garantia do habitar, participação e apropriação dos espaços. Além disso, é recorrente na obra lefebvriana a luta de classes que, segundo o autor, pode ser lida nitidamente no espaço urbano. Para Lefebvre (2001):

No seio dos efeitos sociais, devidos à pressão das massas, o individual não morre e se afirma. Surgem direitos; estes entram para os costumes ou em prescrições mais ou menos seguidas por atos, e sabe-se bem como esses “direitos” concretos vêm complementar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos no frontão dos edifícios pela democracia quando de seus primórdios revolucionários: direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direitos das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e à educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação (Lefebvre, 2001, p. 116).

Nesse sentido, interpreta-se que o autor considera que a pressão da classe operária é responsável pelo surgimento e, sobretudo, reconhecimento de uma série de direitos. Ainda sobre a afirmação, destaca-se a ideia da reivindicação por direitos para a mulher, a criança, o velho, o proletário e o camponês, representando diferentes recortes.

Lefebvre (1991), também aborda o conceito de apropriação, entendido por ele como ato de se reconhecer em seu mundo, submetendo o espaço ao tempo vivido. Dessa forma, trata-se da modificação de um espaço para que ele supra às necessidades de um determinado grupo.

A geógrafa Tovi Fenster (2005), no artigo *"The Right to the Gendered City: Different Formations of Belonging in Everyday Life"*, utiliza o conceito lefebvriano de direito à cidade a partir da perspectiva de gênero e feminista. A autora argumenta sobre a insuficiência do conceito para debater as questões de poder do patriarcado. Além disso, ela afirma que o direito à cidade é baseado, principalmente, pelo direito à apropriação do espaço urbano e o direito à participação. O primeiro, segundo ela, se relaciona à utilização cotidiana do espaço, "o direito de viver, brincar, trabalhar, representar, caracterizar e ocupar o espaço urbano" (FENSTER, 2005, p. 219, tradução nossa). O segundo, aborda o papel do cidadão nas decisões de produção do espaço urbano.

Diante disso, reforça-se a noção do direito à cidade atrelado à realidade das infâncias e a importância de pensar sob a perspectiva de gênero, pois, na maioria dos casos o trabalho do cuidado é realizado pelas mulheres. Atribui-se a isso a noção de divisão entre trabalho pago, "produtivo", realizado fora de casa, e trabalho não pago, "reprodutivo", que envolve cuidado, tarefas domésticas e procriar, estruturada pelo gênero (Fraser, 2006, p. 28).

Estabelecendo um diálogo entre a infância e o urbano, o educador Sarmento (2018) destaca que as crianças sofrem desigualdades ao acesso à cidade, desse modo, não seria efetivado o direito à cidade. Para o autor, os fatores responsáveis por isso são: a domesticação, a institucionalização, a insularização, a dualização, a fragmentação e a restrição da autonomia de mobilidade.

Sarmento (2018) compreende a domesticação como um fator que restringe a autonomia da criança, sendo pautada por limitações. Tal conceito relaciona-se com a institucionalização, que é entendida pelo autor como:

Constituição da infância como um "fato social", por efeito da associação às crianças de um conjunto de ideias e concepções normativas; e colocação das crianças sob a égide de instituições sociais, isto é, de organizações destinadas ao cumprimento da missão de se ocupar das crianças e de as constituir de acordo com aquelas mesmas concepções normativas. (Sarmento, 2018, p. 235)

Ainda, o autor destaca a insularização, que representa a condição de confinamento vivida pelas crianças e a dualização, definida pelas vivências e oportunidades desiguais entre crianças de diferentes contextos sociais. Com a dualização, as crianças experienciam também a fragmentação da vida urbana, o que impossibilita o uso democrático do espaço urbano. Por fim, o autor comenta a limitação da autonomia de mobilidade das crianças, decorrente da valorização do automóvel em detrimento do uso da rua pelas pessoas.

Os pensamentos de Sarmento sobre os fatores que limitam a apropriação dos espaços pelas crianças dialogam com o conceito de planejamento neoliberal que, conforme Sager (2011), pode ser entendido como "reestruturação da relação entre detentores do capital privado e o Estado, que racionaliza e promove uma abordagem de crescimento prioritário para desenvolvimento urbano". Segundo Baeten (2018), apesar do conceito ter iniciado de diferentes formas e em localidades distintas, ele possui como marco os movimentos iniciados

em 1947 com teóricos como Friedrich Hayek e Milton Friedman em uma tentativa de rompimento com o Keynesianismo. Ainda, Baeten cita a contribuição dos estudantes de economia da Universidade Católica do Chile durante a década de 1970, que foram orientados por Hayek e Friedman da Universidade de Chicago.

Na contemporaneidade, o planejamento neoliberal passa a aparecer a partir da implantação dos Grandes Projetos Urbanos (GPUs), desenvolvidos a partir de parcerias público-privadas. Partindo da premissa da revitalização, tais projetos acabam por contribuir para os processos de exclusão e segregação no espaço urbano, operando como ferramenta para atrair capital.

Diante disso, entende-se que os processos do planejamento neoliberal também afetam na apropriação dos espaços urbanos pelas crianças, pois criam mais exclusões no uso dos espaços. Ademais, de acordo com Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez (2002), outro problema desse modo de atuação é que ele normalmente se coloca acima das estruturas formais de planejamento, ignorando sistemas de regulação já estabelecidos nas cidades, como as leis de uso e ocupação do solo.

Ainda no campo do planejamento, tem-se o conceito de planejamento participativo, abordado por Arnstein (1969) a partir da “escada de participação cidadã”, que consiste em diferentes níveis de participação nos processos de planejamento (Tabela 01).

Tabela 01 – Escada de participação cidadã conforme Arnstein (1969)

8. Controle cidadã / <i>Citizen control</i>	Níveis de participação cidadã / <i>Degrees of citizen power</i>
7. Delegação de poder / <i>Delegated power</i>	
6. Parceria / <i>Partnership</i>	
5. Apaziguamento / <i>Placation</i>	Níveis de participação simbólica / <i>Degrees of tokenism</i>
4. Consulta / <i>Consultation</i>	
3. Informação / <i>Informing</i>	
2. Terapia / <i>Therapy</i>	Não participação / <i>Nonparticipation</i>
1. Manipulação / <i>Manipulation</i>	

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

A autora divide os níveis de participação em “não participação”, “níveis de participação simbólica” e “níveis de participação cidadã”. Inseridos na “não participação”, o nível mais baixo, cita-se a Manipulação e a Terapia, que representam maneiras de substituir a participação genuína e manipular os cidadãos. A seguir, em “níveis de participação simbólica”, Arnstein coloca a “Informação”, a “Consulta” e o “Apaziguamento” em que os cidadãos têm mais voz, mas não necessariamente conseguirão gerar mudanças significativas. Por fim, em “níveis de participação cidadã”, os cidadãos passam a engajar e negociar com os detentores do poder.

A partir do conceito apresentado, questiona-se sobre a participação das crianças, bem como de seus cuidadores que, de forma geral, se concentram na figura da mulher devido a divisão sexual do trabalho, nos processos do planejamento urbano. Como exemplo, é possível citar as experiências de Orçamento Participativo (OP), que tem como objetivo a definição de

políticas públicas com participação popular, com crianças, como o Orçamento Participativo Mirim (OPM) de Barra Mansa no Rio de Janeiro que, juntamente a experiência “Programa Dia Feliz”, do mesmo ano, da cidade de Icapuí no Ceará, foram pioneiras na América Latina com a perspectiva de incluir crianças e jovens no planejamento e gestão municipal.

Ainda, desde 2016, a partir da implementação do Marco Legal da Primeira Infância, aproximadamente 10% das cidades brasileiras implementaram Planos Municipais pela Primeira Infância (PMPis), que são instrumentos políticos e técnicos, desenvolvidos a partir de processos participativos, com o envolvimento de diferentes secretarias e órgãos públicos de um município, bem como Poder Legislativo, Judiciário e a sociedade civil. Os PMPis apresentam um diagnóstico da situação de vida, desenvolvimento e aprendizagem das crianças do município, bem como uma lista de ações de diferentes secretarias a fim de garantir que os direitos das crianças sejam atendidos de forma integral.

Por fim, ao analisar o Estado da Arte do tema de interesse da pesquisa evidencia-se a complexidade e diversidade de abordagens que interligam o estudo da infância, do espaço e planejamento urbano. Desde os estudos pioneiros de Ariès, que introduzem a infância como uma construção social, até as reflexões da sociologia da infância, com as contribuições de Corsaro, observa-se um avanço significativo nas discussões que integram a criança como sujeito. As discussões sobre direito à cidade e o movimento das Cidades Educadoras consolidam a importância de pensar o espaço urbano não apenas para garantir as funções essenciais, mas sim garantir a inclusão e participação de diferentes grupos. Ademais, é importante considerar como as crianças se inserem nos processos de diferentes formas de planejamento urbano.

Após o estudo sobre o Estado da Arte, a partir das contribuições de autores consolidados, considera-se importante, ainda, analisar as produções teóricas no âmbito dos programas de pós-graduação do país. Assim, optou-se por utilizar a Revisão Sistemática de Literatura (RSL).

MÉTODO

A RSL foi feita a partir de pesquisas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para isso, utilizou-se os termos “infância”, “cidade”, “espaço urbano”, “espaço público”, “educação”, “cidade educadora” e “planejamento urbano” combinados de diferentes formas. Foram selecionadas pesquisas das áreas de conhecimento de Arquitetura e Urbanismo e de Planejamento Urbano e Regional que abordam as infâncias nas cidades. Após filtrar os trabalhos, foram escolhidas 35 pesquisas conforme demonstrado na Tabela 02.

Tabela 02 – Resultados da RSL

Termos Pesquisados	Resultado Total	Áreas de AU e PUR	Filtro por Título	Trabalhos Repetidos	Resultado Final
infância AND cidade	1813	22	6		
infância AND “espaço urbano”	58	1	1		
criança AND cidade	6016	59	19	5	
criança AND “espaço urbano”	120	8	3	1	
infância AND “espaço público”	94	2	2	2	
criança AND “espaço público”	193	10	7	6	
infância AND cidade AND educação	1024	2	0		
criança AND cidade AND educação	2774	9	0		
infância AND “espaço urbano” AND educação	29	1	1	1	
criança AND “espaço urbano” AND educação	47	1	1	1	
infância AND “espaço público” AND educação	64	1	1	1	
criança AND “espaço público” AND educação	98	1	1	1	
“cidade educadora”	164	12	8		
“cidade educadora” AND infância	16	1	0		
“cidade educadora” AND criança	15	1	1		
“planejamento urbano” AND criança	64	37	6	5	
“planejamento urbano” + infância	24	13	4	2	
					35

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

RESULTADOS

A partir da RSL, as pesquisas foram classificadas de acordo a perspectiva a partir da qual elas abordam o tema das infâncias no espaço urbano. Assim, conforme organizado na Tabela 03, identificou-se 7 enfoques principais: 1. Percepção e apropriação dos espaços urbanos pelas crianças; 2. Cidade como espaço educador; 3. Qualificação de espaços urbanos para as crianças; 4. O Planejamento Urbano e as crianças; 5. Brincar/brincadeira no espaço urbano; 6. Narrativas da infância no espaço urbano e 7. Crianças em territórios vulneráveis.

Tabela 03 – Classificação dos trabalhos da RSL

Perspectiva	Curso	Autor(a)	Título	PPG/Universidade	Ano
Percepção e apropriação dos espaços urbanos pelas crianças	Mestrado	ARAÚJO, Maya Neves de Moura	A criança e o lugar no território das grotas: a prática do espaço para crianças em grotas no bairro do Jacintinho, em Maceió - Alagoas	MDU/UFPE	2022
	Mestrado	BRITTO, Mel Travassos de	Entre espaços e estados de liberdade: uma leitura da prática espacial de crianças moradoras do centro da cidade de Salvador	PPG-AU/UFBA	2015
	Mestrado	BULHÕES, Eleidiana Azevedo Costa	Cidade criativa e infância: a dinâmica dos parques e equipamentos públicos com grande circulação de crianças em Natal-RN	PPEUR/UFRN	2019
	Mestrado	CORRÊA, Rachel Maciel	Cidade com criança: apropriação, mobilidade e autonomia infantil nos espaços públicos	PPGAU/UFF	2020
	Mestrado	NOSEK, Helena Strada	A criança no espaço público da cidade de São Paulo diferenças e aproximações entre dois bairros: Jardim Lapenna e Itaim Bibi	PGAU/UPM	2018
	Mestrado	VIANA, Manuela Miranda Vaconcelos	Criança_corpo_cidade: olhares para a experiência infantil na cidade de Maceió-AL	PPGAU/UFAL	2022
	Mestrado	VICENTE, Paula Martins	Novos olhares: uma leitura da cidade por suas crianças	PPG/FAUUSP	2018

	Mestrado	RUAS, Desirée Rodrigues	Uma revisão de escopo sobre como as crianças têm percebido e transformado, colaborativamente, espaços públicos	NPGAU/UFMG	2023
Cidade como espaço educador	Doutorado	ALVES, Ana Paola da Silva	Paradoxos em torno da educação urbana: relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte	NPGAU/UFMG	2021
	Doutorado	ANDRADE, Jaqueline	Cidade educadora e formação cidadã: um olhar a partir das dimensões da educação	POSARQ/UFSC	2022
	Mestrado	BARBOSA, Soluanny Hunheviz	Cidades que educam: desvelando o potencial de aprendizagem no espaço público	PPU/UFPR	2019
	Mestrado	LIMA, Adriana Maria de Oliveira Ramos	Cidade como produção da vida e <i>locus</i> educador para uma nova cidadania: algumas trilhas em São Luís-MA	PPDS/UEMA	2013
	Doutorado	MATIELLO, Alexandre Maurício	Infância e cidade: dispositivos da arquitetura na identificação de territórios educativos	PROARQ/UFRJ	2019
	Doutorado	SANTOS, Patricia Deflon dos	Cidade e educação: propostas educacionais e seus reflexos nas utopias urbanas	PPGAU/UFF	2021
	Mestrado	SILVA, Dayana Araújo	Cidade e educação: o itinerário formativo urbano do bairro de Heliópolis em São Paulo	PGAU/UPM	2019
	Mestrado	TEIXEIRA, Clodoaldo	A educação integral e o espaço escolar tradicional: um encontro possível entre o território educativo e a comunidade	POSURB-ARQ/PUC-Campinas	2019
Qualificação de espaços urbanos para as crianças	Mestrado	FRANCA, Juliana Santiago da	O lúdico urbano na Freguesia do Ó e Brasilândia: qualificando o espaço público para a primeira infância (1990-2020)	PGAU/UPM	2022

	Mestrado	GODOY, Maria Fernanda Arias	Da casa à escola: contribuições para a qualificação do espaço livre público a partir dos trajetos realizados pelas crianças	PPG/FAUUSP	2023
	Mestrado	LIMA, Rossana Batista Ferreira	A criança e a cidade: estudo de percepção ambiental em espaços infantis públicos em Uberlândia-MG	PPGAU/UFU	2017
	Mestrado	LIMA, Willian Carlos Siqueira	Paisagem socializada: relações entre qualidade de espaços livres públicos e sua apropriação por crianças e adolescentes em áreas periféricas da grande Curitiba, Paraná	PPGTU/PUC-PR	2015
	Mestrado	VASCONCELOS, Alana Aragão	Cidade e criança: estudo de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica brincante infantil	PPGAU+D/UFC	2022
O Planejamento Urbano e as crianças	Mestrado	COSTA, Eduarda Albuquerque e	O <i>genius loci</i> na construção das cidades amigas da infância: uma análise do PMPI da cidade do Recife	MDU/UFPE	2022
	Mestrado	CRUZ, Luciana Ribeiro da	Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal	PPGDIRE/UFNT	2022
	Mestrado	PESSONI, Isabela Grilo	Cidades acolhedoras para a primeira infância: caminhos para o desenvolvimento sustentável – a experiência do município de São Paulo	PPG-CIS/UNINOVE	2023
	Mestrado	SIMON, Laura Panetto	A interface entre plano diretor e cidades educadoras: o caso de São João da Boa Vista/SP	POSURB-ARQ/PUC-Campinas	2022
	Mestrado	VELOSO, Marília Tuler	Crianças na cidade - participação infantil no planejamento e gestão das cidades: novas espacialidades, autonomia, possibilidade	NPGAU/UFMG	2018

Brincar/brincadeira a no espaço urbano	Mestrado	ABREU, Camilla Mayra Heck Maia de	Lugares do brincar na infância urbana: análise do ambiente e do comportamento infantil em áreas de lazer de edifícios residenciais multifamiliares em Porto Alegre-RS	PROPAR/UFRGS	2016
	Mestrado	FERNANDEZ, Flora Monte Alegre Olmos	Criança e cidade: construção da paisagem sob a ótica do brincar	PROURB/UFRJ	2017
	Mestrado	PORTO, Sergio Eduardo dos Santos	Cidades para brincar: crianças e infâncias em debates sobre espaços públicos urbanos no século XX	PROARQ/UFRJ	2020
	Mestrado	QUEIROZ, Igor Gonçalves	Brinquedo e brincadeira: fabulações entre criança, cidade e urbanismo	PPG-AU/UFBA	2018
Narrativas da infância no espaço urbano	Mestrado	CLASEN, Carolina Mesquita	Cidade e crianças: direito ao devir urbano	PROGRAU/UFPEL	2018
	Doutorado	FERRAZ, Camila Benezath Rodrigues	Devir-criança e infantilização pela rua Sete em Vitória (ES): narrativas para a ilha rever	PPG-AU/UFBA	2019
	Mestrado	RÊDES, Laura Souza	Das dobras da desmemória aos remoinhos de leva e traz: do devir-criança, do dizer casa e rua	PPG-PUR/UFRJ	2016
Crianças em territórios vulneráveis	Tese	ATIQUE, Andraci Maria	A criança e a cidade: políticas, processos e estratégias de ação em territórios vulneráveis	PGAU/UPM	2020
	Mestrado	HASSWANI, Miriã Dias Carvalho	Leitura do espaço pré-escolar em territórios vulneráveis: o caso Jardim Lapenna	PGAU/UPM	2018

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Em relação à perspectiva da percepção e apropriação dos espaços urbanos pelas crianças, a pesquisadora Maya Araújo desenvolveu a dissertação “A criança e o lugar no território das grotas: a prática do espaço para crianças em grotas no bairro do Jacintinho, em Maceió – Alagoas”, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da UFPE. A autora estudou o contexto das grotas da cidade de Maceió, Alagoas, utilizando entrevistas, desenhos e fotografias com o intuito de coletar dados para analisar a perspectiva das crianças. Por fim, Araújo (2022) considera que a percepção das crianças sobre os espaços

pode gerar novas possibilidades de atuação e contribuir com a inserção social dos indivíduos nas cidades desde o contexto da infância.

Por sua vez, a pesquisadora Mel de Britto compreende os espaços públicos como “espaços de liberdade da infância” no trabalho de dissertação “Entre espaços e estados de liberdade: uma leitura da prática espacial de crianças moradoras do centro da cidade de Salvador” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da UFBA. Britto (2015) explica que as crianças se tornam capazes de reconhecer e superar limitações nos espaços a partir da criatividade e da transgressão. A autora realizou experiências incluindo entrevistas, caminhadas, fotos, filmagens e desenhos, com crianças na cidade de Salvador, Bahia.

A pesquisadora Eleidiana Bulhões investigou parques e espaços culturais de Natal, Rio Grande do Norte na dissertação “Cidade criativa e infância: a dinâmica dos parques e equipamentos públicos com grande circulação de crianças em Natal-RN” do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR) da UFRN. A autora buscou compreender, por meio de um estudo etnográfico, a maneira como as crianças acessam e utilizam os espaços públicos da cidade.

A dissertação “Cidade com criança : apropriação, mobilidade e autonomia infantil nos espaços públicos” da pesquisadora Rachel Corrêa submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFF também aborda o tema partindo da perspectiva da apropriação. Corrêa (2020) buscou compreender de que forma a percepção das crianças sobre os espaços livres públicos, bem como das experiências dos seus responsáveis, influenciam nas práticas urbanas. A autora dividiu a pesquisa em quantitativa, com a aplicação de questionários, e qualitativa, a partir de sua vivência como mãe.

A pesquisadora Helena Nosek também analisou a percepção e apropriação dos espaços urbanos pelas crianças, entretanto, ela defende que é necessário atentar para a segregação socioespacial na dissertação “A criança no espaço público da cidade de São Paulo diferenças e aproximações entre dois bairros: Jardim Lapenna e Itaim Bibi” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). A autora utilizou a técnica da observação participante para investigar os cotidianos de grupos de crianças de dois bairros de São Paulo: o Jardim Lapenna e o Itaim Bibi. A escolha desses locais se deu pelos contrastes socioeconômicos representados por eles. Ao final da pesquisa, Nosek (2018) destaca que, enquanto os espaços públicos do bairro de condição socioeconômica mais elevada, Itaim Bibi, são geridos pelo Estado, no bairro de condição socioeconômica mais baixa, Jardim Lapenna, os espaços públicos acabam sendo organizados e cuidados pela própria comunidade. Nesse sentido, a autora reforça a existência de infâncias desiguais nas cidades.

Por sua vez, Manuela Viana, que também contribui para a discussão da temática analisando a cidade de Maceió na dissertação “Criança _corpo _cidade olhares para a experiência infantil na cidade de Maceió-AL” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFAL, destaca que as crianças, a partir de vivências lúdicas, criativas e transgressoras, podem

instigar novas formas habitar a cidade. Para sustentar este pensamento, Viana (2022) desenvolveu uma pesquisa teórica, analisando projetos e políticas públicas que afetam a relação criança-cidade e realizando atividades de perguntas e desenhos com crianças.

A dissertação da pesquisadora Paula Vicente “Novos olhares uma leitura da cidade por suas crianças” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP destaca a importância de compreender a criança como sujeito e ator social. Nesse sentido, Vicente (2018) propõe uma série de oficinas no bairro Jaraguá, São Paulo envolvendo caminhadas, fotografias, visitas a espaços públicos, maquetes e desenhos. Com isso, o objetivo da autora foi gerar reflexões sobre a cidade a partir da perspectiva infantil.

A pesquisa de Desirée Ruas intitulada “Uma revisão de escopo sobre como as crianças têm percebido e transformado, colaborativamente, espaços públicos” e submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG também tratou da percepção e apropriação dos espaços pelas crianças. A autora se propôs a estudar os espaços públicos conforme a percepção infantil, bem como analisar de que maneira esse público tem participado na transformação desses espaços. Para tanto, Ruas (2023) consultou diversas bases de dados eletrônicas com o objetivo de realizar uma revisão detalhada sobre o assunto.

Entre os trabalhos que abordam a perspectiva da cidade como espaço educador, a pesquisadora Ana Paola Silva Alves desenvolveu a tese “Paradoxos em torno da educação urbana: relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG, que pretende discutir o teor pedagógico nos espaços públicos. Alves (2021) partiu da etnografia para analisar dois espaços com realidades socioeconômicas opostas em Belo Horizonte, Minas Gerais: o Parque da Barragem Santa Lúcia e o espaço em que é realizado o bloco de carnaval de rua Seu Vizinho.

A pesquisadora Jaqueline Andrade buscou compreender a perspectiva educadora em bairros da cidade de Florianópolis, Santa Catarina na tese “Cidade educadora e formação cidadã: um olhar a partir das dimensões da educação” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSARQ) da UFSC. Andrade (2022) acredita que a cidade é um plano de fundo para as práticas pedagógicas e, portanto, fundamental para o processo formativo da cidadania. A autora utilizou a pesquisa documental bem como entrevistas e questionários para identificar possíveis percursos de aprendizagem na cidade.

Por sua vez, a pesquisadora Soluanny Barbosa analisou experiências de intervenção em espaços públicos em três cidades da América Latina: Chacao, Venezuela; Rosario, Argentina e Medellín, Colômbia na dissertação “Cidades que educam: desvelando o potencial de aprendizagem no espaço público” do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PPU) da UFPR. Com isso, o objetivo de Barbosa (2019) foi compreender as oportunidades pedagógicas oferecidas pelos espaços públicos dessas cidades.

A pesquisadora Adriana Maria Lima abordou a perspectiva educadora a partir da cidade de São Luís, Maranhão na dissertação “Cidade como produção da vida e locus educador para uma nova cidadania: algumas trilhas em São Luís-MA” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDS) da UEMA. O objetivo da autora foi identificar percursos em São Luís que potencializam o aspecto educador. Para isso, Lima (2013) utilizou como estratégias metodológicas a pesquisa-ação, pesquisa bibliográfica e documental e teve como principal base teórica a obra de Henri Lefebvre.

Em “Infância e cidade: dispositivos da arquitetura na identificação de territórios educativos”, tese do pesquisador Alexandre Maurício Matiello apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROARQ) da UFRJ investiga a identificação de territórios educativos. Para tanto, Matiello (2019) utilizou mapeamentos, assembleias, pesquisas e confecção de painéis e maquetes em oficinas com crianças, assim, o autor buscou compreender o ponto de vista desse público sobre o tema de investigação.

Na pesquisa de tese “Cidade e Educação: propostas educacionais e seus reflexos nas utopias urbanas” submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFF a pesquisadora Patricia Deflon dos Santos buscou compreender as possibilidades de aplicação das diretrizes do modelo de Cidade Educadora, originado em Barcelona, nas políticas públicas de cidades brasileiras. Para isso, a autora adotou como estratégias metodológicas a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisadora Dayana Silva analisou o itinerário formativo urbano constituído no bairro Heliópolis em São Paulo na dissertação “Cidade e educação: o itinerário formativo urbano do bairro de Heliópolis em São Paulo” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Para isso, a autora adotou a técnica da pesquisa-ação e investigou a luta por moradia, manifestações, a formação de um bairro educador e o papel do Centro Educacional Unificado (CEU) na região. Silva (2019) conclui a pesquisa destacando a potencialidade da relação entre as cidades e a educação que, segundo ela, promove uma educação emancipadora que estimula a democracia, a luta por direitos e o desenvolvimento de políticas públicas.

Por sua vez, o pesquisador Clodoaldo Teixeira desenvolveu uma pesquisa com o enfoque nas possibilidades educadoras que as cidades oferecem intitulada “A educação integral e o espaço escolar tradicional: um encontro possível entre o território educativo e a comunidade” do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB-ARQ) da PUC-Campinas. Dessa forma, o autor analisa propostas da educação brasileira que promoveram a educação integral durante o século XX, como as do educador Anísio Teixeira. Teixeira (2019) destaca que as iniciativas analisadas estimularam a educação para além dos muros escolares e estabeleciam diálogos importantes com o território.

Sob a perspectiva da qualificação de espaços públicos para crianças, a pesquisadora Juliana Santiago de Franca desenvolveu a pesquisa “O lúdico urbano na Freguesia do Ó e Brasilândia: qualificando o espaço público para a primeira infância (1990-2020)” do Programa de Pós-

Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Para isso, Franca (2022) utilizou como procedimentos metodológicos: estudos de caso, entrevistas e coleta de desenhos, sendo crianças de 0 a 6 anos o público focal da pesquisa.

A pesquisadora María Fernanda Arias Godoy analisou os espaços livres públicos dos trajetos realizados pelas crianças da casa até a escola na região de Bela Vista em São Paulo/SP na dissertação “Da casa à escola: contribuições para a qualificação do espaço livre público a partir dos trajetos realizados pelas crianças” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. A autora aplicou oficinas com as crianças, envolvendo desenhos, mapas e percursos, e questionários aos cuidadores. Como resultado, Godoy (2022) demonstrou o diagnóstico da área estudada, bem como o perfil das crianças e seus cuidadores.

A dissertação “A criança e a cidade: estudo de percepção ambiental em espaços infantis públicos em Uberlândia-MG” da pesquisadora Rossana Lima apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFU, apresenta um estudo de caso nos espaços da cidade de Uberlândia, Minas Gerais. Lima (2017) tem como objetivo a criação de diretrizes para a melhoria de dois espaços públicos destinados ao público infantil em Uberlândia. Dessa forma, a autora estruturou a pesquisa em duas etapas, sendo a primeira uma análise morfológica dos espaços e a segunda o desenvolvimento de mapas comportamentais a partir da visão dos usuários.

A pesquisa de Willian Carlos Siqueira Lima “Paisagem socializada: relações entre qualidade de espaços livres públicos e sua apropriação por crianças e adolescentes em áreas periféricas da grande Curitiba, Paraná” do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da PUC-PR, buscou avaliar espaços livres públicos, bem como os padrões de sua utilização por crianças e adolescentes, na periferia da cidade de Curitiba. Assim, o autor realizou um estudo de caso apoiado na sondagem geoestatística e na observação.

Na dissertação “Cidade e criança estudo de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica brincante infantil” submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D) da UFC, a pesquisadora Alana Vasconcelos buscou analisar de que forma os espaços públicos da cidade de Fortaleza, Ceará se alinham aos fundamentos de uma Cidade Amiga da Criança. Para tanto, Vaconcelos (2022) realizou um estudo de caso com abordagens quantitativa e qualitativa, envolvendo observação, mapas comportamentais, entrevistas e mapeamentos participativos.

Entre as pesquisas que tratam da perspectiva do planejamento urbano, a dissertação “O genius loci na construção das cidades amigas da infância: uma análise do PMPI da cidade do Recife” submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da UFPE da pesquisadora Eduarda Albuquerque Costa tem como objeto de estudo o Plano Municipal para Primeira Infância da cidade de Recife, Pernambuco. A autora avaliou as

propostas referentes aos espaços públicos para as crianças a partir da pesquisa documental e bibliográfica.

A pesquisa de dissertação de Luciana Ribeiro da Cruz intitulada “Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal” submetida ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE) da UFNT também tratou do planejamento urbano pensado para a primeira infância, mas especificamente na cidade de Araguaína, Tocantins. A autora se propôs a realizar uma análise espacial da vulnerabilidade parental e a identificar espaços e equipamentos públicos que podem potencializar o desenvolvimento infantil. Para isso, Cruz (2022) realizou uma parte do estudo de forma quantitativa, analisando estatísticas e dados sobre as condições das crianças, e outra de forma qualitativa, envolvendo a observação dos espaços.

Por sua vez, a pesquisadora Isabela Grilo Pessoni abordou as particularidades das crianças que se encontram na primeira infância, dos 0 aos 6 anos, no planejamento urbano. Pessoni (2023) apresentou a pesquisa de dissertação “Cidades acolhedoras para a primeira infância: caminhos para o desenvolvimento sustentável – a experiência do município de São Paulo” ao Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis (PPG-CIS) da UNINOVE. A pesquisadora analisou a Política Integrada da Primeira Infância no município de São Paulo/SP por meio de documentos e relatórios, assim, identificou as principais medidas adotadas e de que forma elas se efetivam.

A pesquisa “A interface entre Plano Diretor e Cidades Educadoras: o caso de São João da Boa Vista/SP” de autoria de Laura Simon submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) da PUC-Campinas, mescla a perspectiva do planejamento urbano com o da cidade educadora, entretanto, apresenta um foco maior no estudo das questões do planejamento. Simon (2022) analisou a interface entre o Plano Diretor da cidade de São João da Boa Vista, São Paulo e as diretrizes do movimento das Cidades Educadoras, elaboradas pela Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE).

Ainda, a dissertação “Crianças na cidade - participação infantil no planejamento e gestão das cidades: novas espacialidades, autonomia, possibilidade” da pesquisadora Marília Tuler Veloso do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da UFMG aborda a participação dos jovens e crianças na construção coletiva das cidades a partir de práticas do planejamento e da gestão urbana. Como resultado, Veloso (2018) apresentou propostas teóricas reforçando o potencial propositivo das crianças e a reflexão sobre o papel do planejador urbano.

A partir da perspectiva do brincar/brincadeira no espaço urbano, a pesquisadora Camilla Mayra Heck Maia de Abreu desenvolveu a pesquisa de dissertação “Lugares do brincar na infância urbana: análise do ambiente e do comportamento infantil em áreas de lazer de edifícios residenciais multifamiliares em Porto Alegre-RS” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) da UFRGS. Abreu (2016) realizou coleta e análise de dados, bem

como estudo de caso em dois edifícios de Porto Alegre. Como resultado, a autora desenvolveu mapas comportamentais e definiu recomendações para projetos de lugares para brincar.

A pesquisadora Flora Fernandez, que também abordou a temática das infâncias nas cidades sob a perspectiva do brincar, investigou o contexto do bairro Tubiacanga localizado na Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro em sua dissertação intitulada “Criança e cidade: construção da paisagem sob a ótica do brincar” do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da UFRJ. Com o intuito de analisar os dados e a percepção dos usuários sobre a área de interesse, Fernandez (2017) utilizou a técnica da cartografia. Além disso, a pesquisadora relata a experiência de oficinas participativas com crianças, que envolveram atividades como brincadeiras, mímicas e desenvolvimento de maquetes. Como resultado, a autora apresentou aos moradores de Tubiacanga uma proposta de parque e território educativo.

A pesquisa de dissertação “Cidades para brincar: crianças e infâncias em debates sobre espaços públicos urbanos no século XX” de Sergio Eduardo Porto do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) da UFRJ é outro exemplo. Ao longo da pesquisa, Porto (2020) investiga como as crianças e o brincar foram percebidos nas discussões sobre espaços públicos no contexto do século XX. Para isso, o pesquisador se utiliza de práticas de planejadores urbanos, educadores, artistas e escritores, entre eles: Clarence Arthur Perry, Aldo van Eyck, Mário de Andrade e Elvira de Almeida. Ao final da dissertação, o autor argumenta que o ato do brincar é de cunho político, econômico e social, ele justifica a afirmação apontando que o mercado e o Estado impactam diretamente na conformação dos espaços destinados ao brincar e, assim, alteram a capacidade lúdica das crianças.

Por sua vez, o pesquisador Igor Queiroz discute a relação entre brinquedos, brincadeiras, crianças, cidade e urbanismo na pesquisa de dissertação “Brinquedo e brincadeira fabulações entre criança, cidade e urbanismo” do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da UFBA. Para isso, Queiroz (2018) propõe uma comparação entre fotografias de crianças brincando na cidade de Londres que serviram de base para o projeto Urban Reidentification durante o Congresso Internacional de Arquitetura Moderna IX (CIAM IX) em 1953 e o livro “Le Maternelles vous parlent: pour une pédagogie plus humaine” do arquiteto Le Corbusier publicado em 1968. Nesse sentido, o objetivo do autor é desenvolver uma crítica historiográfica ao urbanismo moderno buscando compreender como e quando as crianças aparecem. Queiroz (2018) considera que a criança, ao propor brincadeiras e desordens no uso do espaço, representam uma potência para desestabilizar os princípios de ordem e rigidez predominantes no urbanismo moderno.

Ainda, algumas das pesquisas encontradas abordam o tema da infância na cidade a partir da ideia das narrativas, como é o caso da pesquisadora Carolina Mesquita Clasen que desenvolveu a dissertação “Cidade e crianças: direito ao devir urbano” submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU) da UFPEL. Clasen (2018) discute o direito à cidade, a partir da ideia do devir-criança, como potência coletiva. A

autora realizou uma pesquisa bibliográfica, apoiada em autores como Henri Lefebvre, Gilles Deleuze e Félix Guattari, e uma pesquisa prática a partir da estratégia metodológica da cartografia.

A tese “Devir-criança e infantilização pela rua Sete em Vitória (ES): narrativas para a ilha rever” da pesquisadora Camila Benezath Ferraz do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPG-AU) da UFBA também aborda a perspectiva da narrativa. Segundo a autora, o objetivo da pesquisa foi construir narrativas da rua Sete de Setembro na cidade de Vitória, Espírito Santo. Além do estudo teórico, Ferraz (2019) utilizou a estratégia metodológica da cartografia a fim de ressaltar o conceito de devir-criança que, conforme a pesquisadora, remete a um campo de experimentação e subversão da lógica adultocêntrica predominante.

A dissertação “Das dobras da desmemória aos remoinhos de leva e traz: do devir-criança, do dizer casa e rua” da autora Laura Souza Rêdes apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PPG-PUR) da UFRJ também aborda os conceitos de narrativa e devir-criança. Rêdes (2016) buscou explorar a narrativa das crianças e a relação delas com o ambiente da casa. Para isso, a pesquisadora desenvolveu um estudo teórico, apoiado em autores como Walter Benjamin, Gilles Deleuze e Félix Guattari, bem como um estudo prático a partir de oficinas com crianças de diferentes regiões do Rio de Janeiro.

Por fim, existem as pesquisas que analisaram especificamente o contexto das crianças em territórios vulneráveis nas cidades. Como a tese “A criança e a cidade: políticas, processos e estratégias de ação em territórios vulneráveis” elaborada por Andraci Maria Atique do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). A autora estudou o tema a partir da leitura de relatórios de ações não governamentais de intervenção em territórios urbanos vulneráveis com crianças de 0 a 6 anos. Com isso, Atique (2020) conclui que existem sete dimensões dos espaços urbanos que mais afetam as crianças: 1. Água e saneamento; 2. Habitação digna; 3. Serviços para primeira infância; 4. Cuidados com a saúde; 5. Espaço recreativo; 6. Transporte e 7. Segurança.

A pesquisadora Miriã Dias Carvalho Hasswani realizou estudo e análise do espaço pré-escolar em territórios vulneráveis, tendo como estudo de caso o CEI Jardim Lapenna I, do bairro Jardim Lapenna, em São Miguel Paulista - São Paulo. A dissertação foi intitulada: “Leitura do espaço pré-escolar em territórios vulneráveis: o caso Jardim Lapenna” e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). A autora levou em consideração o contexto social do território, bem como o ambiente escolar e as relações, sociais e profissionais, que ocorrem a partir dele. Como resultado, Hasswani (2018) realizou diagnósticos e sugestões de intervenção no espaço.

Diante das pesquisas analisadas, observa-se que o tema pode ser abordado de diferentes maneiras, a partir de referências teóricas e metodologias que se diferenciam. No entanto, destaca-se a predominância da utilização de metodologias qualitativas, sobretudo nas pesquisas que envolveram atividades aplicadas com o público infantil. Ainda, nota-se que a

área dos PPGs citados impacta diretamente no enfoque dos trabalhos. De forma geral, as pesquisas dos PPGs em Arquitetura e Urbanismo se detêm em estudar a qualificação de espaços, predominantemente praças ou parques, para as crianças e as pesquisas de PPGs em Planejamento Urbano e Regional, Desenvolvimento Urbano ou Urbanismo abordam o tema de uma forma mais ampla, questionando as dinâmicas do espaço urbano, a criança como sujeito ocupante desse espaço e analisando planos, sobretudo municipais, que impactam na vivência das crianças em um determinado local.

CONCLUSÃO

A partir da análise das pesquisas selecionadas, tornou-se possível identificar uma Lacuna do Conhecimento a ser explorada na pesquisa de dissertação: investigar a relação entre as infâncias e as cidades e a apropriação dos espaços urbanos pelas crianças a partir do estudo dos PMPIs do Rio Grande do Sul. Assim, destaca-se que, apesar da existência de pesquisas que abordam a apropriação dos espaços urbanos pelas crianças e o planejamento urbano, não foram identificadas na RSL pesquisas que investiguem os PMPIs do estado do Rio Grande do Sul.

Por fim, considera-se que a estratégia da Revisão Sistemática de Literatura foi fundamental para a compreensão do Estado da Arte e identificação da Lacuna do Conhecimento do tema de interesse da pesquisa de dissertação. A aplicação da RSL permitiu uma visão ampla e crítica sobre os principais estudos já desenvolvidos na área, bem como a identificação de tendências e limitações que ainda carecem de investigações.

Além disso, considerando um contexto de ingresso no curso de Mestrado, a RSL possibilitou a familiarização com a estrutura de pesquisas acadêmicas a nível de pós-graduação. A prática de organizar e analisar trabalhos aprimora as habilidades de sistematização e crítica de informações, competências importantes para a condução de pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Camilla Mayra Heck Maia de. **Lugares do brincar na infância urbana:** análise do ambiente e do comportamento infantil em áreas de lazer de edifícios residenciais multifamiliares em Porto Alegre-RS. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

ALVES, Ana Paola da Silva. **Paradoxos em torno da educação urbana:** relações entre cidadania e construção do espaço público na cidade de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2021.

ANDRADE, Jaqueline. **Cidade educadora e formação cidadã:** um olhar a partir das dimensões da educação. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022.

ARAÚJO, Maya Neves de Moura. **A criança e o lugar no território das grotas:** a prática do espaço para crianças em grotas no bairro do Jacintinho, em Maceió – Alagoas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Editora S.A, 1981.

ARNSTEIN, Sherry. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Institute of Planners.** Vol. 35, N. 4, jul., p. 216-224.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS - AICE. **Carta das Cidades Educadoras.** 2020. Disponível em: <https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/>. Acesso em: 04 out. 2024.

ATIQUE, Andraci Maria. **A criança e a cidade:** políticas, processos e estratégias de ação em territórios vulneráveis. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2020.

BAETEN, Guy. Neoliberal planning. In: GUNDER, Michael; MADANIPOUR, Ali; WATSON, Vanessa. **The Routledge Handbook of Planning Theory.** New York: Routledge, 2018. p. 105-117.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; DELGADO, Ana Cristina Coll; TOMÁS, Catarina. Estudos da infância, estudos da criança: quais campos? Quais teorias? Quais questões? Quais métodos? **Revista Inter-Ação.** Goiânia, Vol. 41, N. 1, p. 103–122, 2016.

BARBOSA, Soluanny Hunhevicz. **Cidades que educam:** desvelando o potencial de aprendizagem no espaço público. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

BRITTO, Mel Travessos de. **Entre espaços e estados de liberdade:** uma leitura da prática espacial de crianças moradoras do centro da cidade de Salvador. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

BULHÕES, Eleidiana Azevedo Costa. **Cidade criativa e infância:** a dinâmica dos parques e equipamentos públicos com grande circulação de crianças em Natal-RN. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2019.

CLASEN, Carolina Mesquita. **Cidade e crianças:** direito ao devir urbano. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2018.

CORRÊA, Rachel Maciel. **Cidade com criança:** apropriação, mobilidade e autonomia infantil nos espaços públicos. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2020.

CORSARO, William. **The sociology of childhood**. California: Pine Forge, 1997.

COSTA, Eduarda Albuquerque. **O *genius loci* na construção das cidades amigas da infância:** uma análise do PMPI da cidade do Recife. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2022.

CRUZ, Luciana Ribeiro da. **Planejamento urbano para a primeira infância e vulnerabilidade parental em Araguaína-TO, Amazônia Legal**. Dissertação (Mestrado em Demandas Populares e Regionais) - Universidade Federal do Norte do Tocantins. Araguaína, 2022.

FENSTER, Tovi. The Right to the Gendered City: different formations of belonging in everyday life. **Journal Of Gender Studies**. Vol. 14, N. 3, p. 217-231.

FERNANDEZ, Flora Monte Alegre Olmos. **Criança e cidade:** construção da paisagem sob a ótica do brincar. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

FERRAZ, Camila Benezath Rodrigues. **Devir-criança e infantilização pela rua Sete em Vitória (ES):** narrativas para a ilha rever. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

FRANCA, Juliana Santiago da. **O lúdico urbano na Freguesia do Ó e Brasilândia:** qualificando o espaço público para a primeira infância (1990-2020). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2022.

FRASER, Nancy. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución o reconocimiento?** Un debate político filosófico. Madrid: Morata. p. 17-88.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidoro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina. As crianças e o direito à cidade: reflexões sobre o inadiável. **O direito das crianças à cidade:** perspectivas desde o Brasil a Portugal. Universidade de São Paulo. Faculdade de Educação, 2022. p. 17-34.

GODOY, María Fernanda Arias. **Da casa à escola:** contribuições para a qualificação do espaço livre público a partir dos trajetos realizados pelas crianças. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2023.

HASSWANI, Miriã Dias Carvalho. **Leitura do espaço pré-escolar em territórios vulneráveis: o caso Jardim Lapenna**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2018.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed.Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Oxford/Cambridge, Blackwell, 1991.

LIMA, Adriana Maria de Oliveira Ramos. **Cidade como produção da vida e locus educador para uma nova cidadania: algumas trilhas em São Luís MA**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2013.

LIMA, Rossana Batista Ferreira. **A criança e a cidade: estudo de percepção ambiental em espaços infantis públicos em Uberlândia-MG**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.

LIMA, Willian Carlos Siqueira. **Paisagem socializada: relações entre qualidade de espaços livres públicos e sua apropriação por crianças e adolescentes em áreas periféricas da grande Curitiba, Paraná**. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2015.

MATIELLO, Alexandre Maurício. **Infância e cidade: dispositivos da arquitetura na identificação de territórios educativos**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

MOLL, Jaqueline. Reflexões introdutórias ao monográfico Cidade Educadora: olhares e práticas. Pela Utopia De Cidades Educadoras: Por Um Mundo Onde Todos Tenham Lugar. **Ciutat Educadora: mirades i pràctiques**. Vol. 6, N. 11, p. 27-38.

NOSEK, Helena Strada. **A criança no espaço público da cidade de São Paulo: diferenças e aproximações entre bairros: Jardim Lapenna e Itaim Bibi**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2018.

PESSONI, Isabela Grilo. **Cidades acolhedoras para a primeira infância: caminhos para o desenvolvimento sustentável – a experiência do município de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Cidades Inteligentes) - Universidade Nove de Julho. São Paulo, 2023.

PORTO, Sergio Eduardo dos Santos. **Cidades para brincar: crianças e infâncias em debates sobre espaços públicos urbanos no século XX**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**. Vol. 40, N.141, p.729-750.

QUEIROZ, Igor Gonçalves. **Brinquedo e brincadeira:** fabulações entre criança, cidade e urbanismo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2018.

RÊDES, Laura Souza. **Das dobras da desmemória aos remoinhos de leva e traz:** do devir criança, do dizer casa e rua. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

RUAS, Desirée Rodrigues. **Uma revisão de escopo sobre como as crianças têm percebido e transformado, colaborativamente, espaços públicos.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.

SAGER, Tore. Neo-liberal urban planning policies: a literature survey 1990-2010. **Progress in Planning**, Vol. 76, N. 4, p.147-199.

SANTOS, Patricia Deflon dos. **Cidade e educação:** propostas educacionais e seus reflexos nas utopias urbanas. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância e cidade:** restrições e possibilidades. Educação, v. 41, n. 2, p. 232-240, mai. – ago. 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. **As crianças:** contextos e identidades. Braga: Bezerra, 1997.

SILVA, Dayana Araújo. **Cidade e educação:** o itinerário formativo urbano do bairro de Heliópolis em São Paulo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2019.

SIMON, Laura Panetto. **A interface entre plano diretor e cidades educadoras:** o caso de São João da Boa Vista/SP. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2022.

SWYNGEDOUW, Erik; MOULAERT, Frank; RODRIGUEZ, Arantxa. **Neoliberal Urbanization in Europe:** large-scale urban development projects and the new urban policy. Malden: Blackwell Publishing, 2002.

TEIXEIRA, Clodoaldo. **Educação integral e o espaço escolar tradicional:** um encontro possível entre o território educativo e a comunidade. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2019.

TONUCCI, Francesco. **La ciudad de los niños:** un nuevo modo de pensar la ciudad. Espanha: Fund. German Sánchez Rupérez, 1996.

VASCONCELOS, Alana Aragão. **Cidade e criança:** estudo de espaços públicos de Fortaleza sob a ótica brincante infantil. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2022.

VELOSO, Marília Tuler. **Crianças na cidade - participação infantil no planejamento e gestão de cidades:** novas espacialidades, autonomia, possibilidade. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2018.

VIANA, Manuela Miranda Vasconcelos. **Criança_corpo_cidade:** olhares para a experiência infantil na cidade de Maceió-AL. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2022.

VICENTE, Paula Martins. **Novos olhares:** uma leitura da cidade por suas crianças. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.